

## O Sistema Deliberativo e seus Espaços Discursivos<sup>1</sup>:

a articulação entre diferentes modos de comunicação

Ângela C. S. Marques<sup>2</sup>

Ricardo Fabrino Mendonça<sup>3</sup>

Rousiley C. M. Maia<sup>4</sup>

**Resumo:** Na crescente literatura sobre democracia deliberativa, diversos autores têm distinguido entre discussões formalmente organizadas “no centro” e as interações comunicativas informais geradas na “periferia” do sistema político. Neste artigo, estamos particularmente interessados em explorar o contexto periférico do sistema deliberativo, levando em consideração a) a natureza da conversação cotidiana e as contribuições democráticas que podem advir daí; b) as características do associativismo e seus efeitos democráticos. Argumentamos que o potencial democratizante das conversações cotidianas e dos debates em associações cívicas reside na abertura destes a diferentes esferas discursivas, o que depende, também, de um contexto que permita e fomente a circulação de vozes no amplo sistema deliberativo.

**Palavras-Chave:** *deliberação; conversação cotidiana; associativismo.*

---

Grande parte dos estudos sobre o modelo deliberacionista de democracia busca investigar os princípios e os procedimentos do processo deliberativo. Desdobramentos políticos e sociológicos desses estudos vêm se ocupando em demonstrar como a dinâmica deliberativa pode funcionar na prática, levando em consideração a estrutura complexa das sociedades atuais (Mansbridge, 1999; Searing, Conover, Crewe e Solt, 2004; Hendriks 2006). De tal sorte, torna-se importante conceber o modo pelo qual a deliberação pública ocorre em diferentes esferas, com atores diversificados que se engajam em interações comunicativas com graus distintos de publicidade, de razoabilidade, de inclusividade, de não-coerção e de revisibilidade de opiniões. São processos dialógicos e argumentativos que assumem diferentes configurações e seguem dinâmicas específicas em domínios diversos da vida cotidiana, em fóruns de associações e redes da sociedade civil, passando pela comunicação mediada até as instâncias formais do sistema político.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

<sup>2</sup> Doutoranda, PPG em Comunicação da UFMG., integrante do EME - Grupo de pesquisa sobre mídia e esfera pública - [angelasalgueiro@gmail.com](mailto:angelasalgueiro@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando, PPG em Comunicação da UFMG.; integrante do EME - [ricardofabrino@hotmail.com](mailto:ricardofabrino@hotmail.com)

<sup>4</sup> Professora associada do PPG em Comunicação da UFMG, pesquisadora do EME – [rousiley@fafich.ufmg.br](mailto:rousiley@fafich.ufmg.br)

Para explicar o fluxo de circulação do poder político em sociedades complexas, Habermas utiliza-se de um modelo proposto por B. Peters o qual organiza os públicos especializados e leigos em um eixo composto de um centro e vários anéis periféricos. No centro, estariam os complexos institucionais (a administração política, o judiciário, o parlamento, etc.). Próximas ao núcleo administrativo, estariam esferas autonomamente organizadas e intrinsecamente ligadas ao governo (universidades, câmaras, associações beneficentes, fundações, etc.). Em um terceiro nível, estariam as associações politicamente orientadas para a formação da opinião ou, nas palavras de Habermas, organizações que preenchem funções de coordenação em domínios sociais carentes de regulação (grupos de interesses, instituições culturais, grupos de ativistas, igrejas, etc.). Para ele, esse terceiro nível gera a "infra-estrutura civil de uma esfera pública que, através de seus fluxos comunicacionais diferenciados e interligados, forma o verdadeiro contexto periférico" (1997, p.88). Importante ressaltar que o contexto periférico é composto de associações com maior ou menor grau de organização política e de cidadãos comuns. Recentemente, Habermas (2006) reconhece que o sistema deliberativo comportaria uma série falas e debates que circulariam e tomariam forma em diferentes contextos comunicativos organizados de maneira hierárquica<sup>5</sup>.

De modo semelhante, Jane Mansbridge (1999) preocupa-se em entender o processo deliberativo como um sistema que opera graças à articulação de diferentes instâncias discursivas. O sistema deliberativo por ela proposto compõe-se de dinâmicas conversacionais que se processam em espaços formais e informais de discussão:

[O que denomino sistema deliberativo resulta] da conversação entre representantes formais e informais em fóruns públicos designados, da conversação entre constituintes e representantes eleitos ou outros representantes de organizações orientadas politicamente, da conversação na mídia, da conversação entre ativistas políticos, e da conversação cotidiana em espaços privados sobre coisas que o público deveria discutir - todos fazendo parte do que chamo de sistema deliberativo (1999, p.211).

Donald Searing, Pamela Conover, Ivor Crewe e Fred Solt (2004, p.31) apropriam-se do modelo de sistema deliberativo proposto por Mansbridge, interpretando-o visualmente como uma série de círculos concêntricos (porosos/interconectados) assim dispostos: a) o círculo central

---

<sup>5</sup> Nas palavras do autor, "a comunicação política, circulando de baixo para cima e de cima para baixo através de um sistema de múltiplos níveis (desde a conversação cotidiana na sociedade civil, passando pelo discurso público e pela comunicação mediada até os discursos institucionalizados no centro do sistema político), assume diferentes formas em arenas diferentes do sistema político (Habermas, 2006, p.415).

abrangeria as deliberações estruturadas que ocorrem em espaços institucionais e formais como: cortes, parlamentos e câmaras governamentais; b) o segundo círculo seria composto pela mídia, pela conversação na mídia, pela conversação entre eleitores e governo, entre partidos políticos e entre grupos de interesses; c) um terceiro círculo seria formado pelas conversações cotidianas entre ativistas políticos, públicos informados e leigos etc.

Segundo Carolyn Hendriks (2006), Mansbridge esquece-se de que nem todas as formas de deliberação ao longo do sistema deliberativo se sustentam mutuamente. Por isso, partir do pressuposto de que tais "círculos" ou, usando os termos de Hendriks, "esferas discursivas" se influenciam reciprocamente pode ser equivocado, pois nem todas as esferas discursivas operam em uníssono ou reforçam as esferas formais de deliberação. Para Hendriks, o sistema deliberativo seria visualmente melhor concebido não como círculos concêntricos, mas como a interseção entre diferentes esferas discursivas que se interceptam, mas que nem sempre operam de modo articulado. Nesse sentido, todas as esferas que compõem o amplo sistema deliberativo estão ligadas, mas isso nem sempre implica que elas se influenciam de modo recíproco.

É justamente essa polarização entre as discussões formalmente organizadas “no centro” e as interações comunicativas informais geradas na “periferia” do sistema político e a pouca atenção dedicada a estas últimas que motiva nossa investigação. Neste texto, estamos particularmente interessados em explorar o contexto periférico do sistema deliberativo, levando em consideração seus diferentes domínios, sua correspondente dinâmica discursiva, e as contribuições democráticas que podem advir daí. Em termos específicos, investigaremos: a) a natureza da conversação cotidiana e seus efeitos democráticos; b) as características do associativismo e seus efeitos democráticos.

### **A conversação cotidiana e seus efeitos democráticos**

Vários autores insistem em evidenciar as diferenças existentes entre os papéis desempenhados pela conversação cotidiana e pela discussão política (Fearon, 1998; Burkhalter et al., 2002; Sanders, 1997; Moy e Gastil, 2006). A maioria deles, baseando-se no trabalho de Michael Schudson (1997), argumenta que a conversação cotidiana é necessária, mas insuficiente como teoria e prática política participativa. Nesse sentido, somente esferas discursivas voltadas para a discussão política poderiam ser úteis ao processo deliberativo. Se tais autores têm em mente apenas os processos políticos que provocam mudanças mais imediatas e estruturais na

sociedade, suas formulações podem estar corretas (Streich, 2002). No entanto, tais proposições são insuficientes para explicar aqueles processos voltados para a formação de entendimentos e julgamentos mais informados e reflexivos por parte dos cidadãos em longo prazo.

Para Schudson (1997), nem toda conversação contribui para a construção de um julgamento político. Ele estabelece uma diferenciação entre a “conversação sociável” e a “conversação voltada para a solução de problemas”. A primeira não possui uma agenda definida nem um objetivo específico e tenderia a acontecer entre pessoas que pensam de forma semelhante. Ela se ocuparia de temas que versam sobre experiências pessoais, tradições culturais, crenças compartilhadas e modos de relacionamento e percepção do outro. Contrariamente, a segunda é caracterizada por dar forma a uma discussão política voltada para a resolução de problemas e conflitos. Essa discussão é pública e reúne pessoas com diferentes pontos de vista e valores (igualmente interessados e informados), mas que se interessam por um fim bem definido: o bem comum. A discussão política seria a única capaz de conduzir os cidadãos a processos deliberativos voltados para a tomada de decisão, para processos eleitorais e de participação do cidadão na elaboração de normas e direitos. Também James Bohman (1996, p.34) parece compartilhar desse mesmo ponto de vista quando afirma que a conversação, por ter um caráter privado, não ofereceria as condições de inclusividade e publicidade requeridas pela deliberação.

Por sua vez, Amy Gutmann e Denis Thompson (1999) ressaltam que o tipo de conversação válida para a deliberação é aquela “intencionalmente dirigida para questões que o público deva discutir e possivelmente agir sobre ela”(1999, p.274). Contudo, eles admitem que a conversação sociável está conectada a um segundo nível de conversação direcionado para a reflexão pública sobre problemas coletivos. Eles desfazem, portanto, a dicotomia de Schudson ao revelarem que as conversações sociáveis e as discussões políticas constituem-se em tipos complementares de interação comunicativa.

A intrínseca ligação entre a conversação cotidiana - que se processa geralmente em espaços privados de convivência e envolve assuntos de interesse humano e danos morais, físicos ou afetivos - e a discussão política - essencialmente pública e ligada à tomada de decisão e elaboração de normas socialmente vinculantes - é a fonte dos conflitos deliberativos que se estruturam na esfera pública. Nas palavras de Habermas,

Os núcleos privados do mundo da vida, caracterizados pela intimidade, portanto protegidos da publicidade, estruturam encontros entre parentes, amigos, conhecidos, etc., e entrelaçam as biografias das pessoas conhecidas. A esfera pública mantém uma relação

complementar com essa esfera privada, a partir da qual é recrutado o público titular da esfera pública (1997, p.43).

Os argumentos de Schudson foram amplamente criticados, uma vez que diferentes autores (Wyatt et al, 2000; Scheufele, 2000; Conover et. al, 2002; Dahlgren, 2003, Moy e Gastil, 2006) afirmam que a conversação cotidiana, em seus diversos formatos, pode trazer contribuições para a deliberação ao melhorar formas de pensar, formular verbalmente, interpretar, argumentar e agir sobre questões políticas que afetam diretamente a vida das pessoas. Por certo, nem todas as interações comunicacionais da vida cotidiana podem ser tratadas como relevantes para o debate público racional. Contudo, o caráter imprevisível e desordenado da palavra cotidiana não impede que conversações dêem origem a discussões políticas informais capazes de se orientarem de acordo com os princípios deliberativos. No próximo tópico, tentaremos evidenciar como as conversações cotidianas estabelecidas entre cidadãos politicamente empobrecidos em contextos mais invisíveis do amplo sistema deliberativo podem dar origem a discussões políticas voltadas para a troca de pontos de vista visando um melhor entendimento de questões coletivas.

#### *A politização da conversação cotidiana nas margens do sistema deliberativo: o papel da mídia*

Pesquisas desenvolvidas por Conover et. al. (2002), Gamson (1992), Bennett et al. (2000), Wyatt et al. (2000), Mutz e Martin (2001) revelam que a discussão sobre questões políticas entre cidadãos comuns se processa com maior frequência em esferas privadas de convivência (entre familiares, amigos, parentes, vizinhos etc.). Nesses contextos, as opiniões tendem a se aproximar ao invés de divergirem; os pontos de vista não são tão plurais quanto em fóruns que reúnem grupos com *backgrounds* distintos e, assim, os conflitos ficam amenizados. Sabemos que a exposição a visões conflitantes é um elemento central para a discussão política e para a construção da autonomia dos cidadãos (Benhabib, 1996; Habermas, 1997; Fearon, 1998). O tipo de conversação que se estrutura em torno de visões compartilhadas pouco contribui para a deliberação.

Acreditamos que o fluxo relativamente homogêneo, desorganizado e desfocado das conversações cotidianas necessita de mecanismos capazes de conduzir a uma politização da

discussão a fim de pluralizar os pontos de vista e de marcar, de modo explícito, posições divergentes. Os trabalhos de Duchesne e Haegel (2004), William Gamson (1992), Mauro Porto (2001), Diana Mutz e Paul Martin (2001), revelam como as mensagens da mídia exercem um papel fundamental na politização da conversação. Segundo eles, a exposição a opiniões diversificadas oriundas dos meios de comunicação e a interseção reflexiva entre as mensagens da mídia e as experiências pessoais dos cidadãos constituem um capital cultural essencial para o desenvolvimento de capacidades deliberativas como a redução da inconsistência cognitiva que marca as conversações cotidianas. Nesta perspectiva, diversas pesquisas empíricas têm buscado avaliar como os cidadãos utilizam a mídia não só para se informarem sobre questões políticas que os interessam, mas, sobretudo, para confirmarem ou reformularem seus próprios argumentos diante das diferentes opiniões ali apresentadas (Scheufele, 2000; Bennett et al, 2000; Kim et al., 1999; Norris, 2000). Nessas pesquisas, concebe-se que a mídia desempenha com frequência os seguintes papéis: fornecer informações para as discussões; contribuir para as competências comunicativas e para qualidade dos argumentos formulados por cidadãos bem informados; prover tópicos em torno dos quais se estruturam esferas privadas e públicas de conversação cotidiana.

De modo a revelar as contribuições que a conversação entre um público específico – mulheres pobres, beneficiárias do Programa Bolsa-Família – pode trazer ao amplo processo de deliberação acerca do problema da pobreza, empenhamo-nos em realizar grupos de discussão nos quais os participantes tiveram acesso a um determinado material da mídia impressa e da mídia televisiva.<sup>6</sup> O interesse particular era o de captar as dinâmicas interativas, os constrangimentos contextuais e os diferentes discursos acionados pelos participantes para a construção do próprio posicionamento (Marques, 2006; Marques e Rocha, 2006). Nosso trabalho revela que as conversações e discussões elaboradas em pequenos grupos de mulheres politicamente marginalizadas favorecem: i) a expressão e compartilhamento de testemunhos, experiências e interesses; ii) o descentramento de perspectivas dominantes; iii) a inserção de novos pontos de vista, razões, preocupações e demandas para o debate; iv) o embate e a negociação de argumentos; v) oportunidades para a formulação em público de suas opiniões,

---

<sup>6</sup> A fim de estimular a tomada de posição e a explicitação das controvérsias nos grupos trouxemos para a discussão trechos de matérias e reportagens que se estruturavam principalmente em torno do argumento de que o Bolsa-Família seria uma “esmola”. A definição de “momentos sensíveis” (Kitzinger e Farquhar, 1999) nos grupos mobilizou as participantes a estruturarem uma troca argumentativa onde prevaleceram: a formulação de contranarrativas; a identificação e revisão de premissas; a aceitação e a negação do risco de se envolver no debate; o respeito mútuo e esclarecimento recíproco entre as várias opiniões em disputa.

para a revisão de perspectivas, para o exercício do respeito mútuo e da reciprocidade. Os resultados obtidos nos levam a corroborar as perspectivas que apontam que formas específicas de interação discursiva, como a conversação e a discussão, quando encontram contextos favoráveis para sua ocorrência, são essenciais para a criação de modos mais complexos de entendimento de situações, políticas públicas, programas ou questões problemáticas relativas à vida cotidiana dos cidadãos (Mansbridge, 1999; Scheufele, 2000; Conover et al, 2002; Gamson, 1992; Habermas, 1997; Wyatt, Katz e Kim, 2000; Page, 1996).

A conversação cotidiana, embora seja insuficiente como teoria e prática da política, auxilia as pessoas a entenderem melhor o que querem e o que precisam, individual e coletivamente (Mansbridge, 1999; Searing et al., 2004; Gutmann e Thompson, 1999). Ela é responsável pelo processo de construção conjunta das informações e do conhecimento compartilhado, além de prover um contexto específico para a expressão e troca de perspectivas e crenças compartilhadas. É preciso enfatizar que a conversação cotidiana informal também alimenta os debates políticos que acontecem em esferas políticas formais, pois, na maioria das vezes, articulam pontos de vista em torno de questões de interesse coletivo. São formas complementares e intersectantes de extrema importância para os processos democráticos de participação e entendimento de problemas coletivos.

Esse processo se faz bastante claro se se atenta para a atuação de associações da sociedade civil — notadamente movimentos sociais —, as quais desempenham papel importante nessa conexão entre a fala mais corriqueira de sujeitos que vivenciam determinada situação problemática e o discurso contestatório público. Questionando práticas sociais e padrões interpretativos enraizados, tais associações podem configurar-se como elemento importante do *sistema deliberativo*, exatamente porque corporificam essa fluidez entre conversações cotidianas e discussões políticas. Como afirmam Honneth (2003a, 2003b), Habermas (1997, v. 2) e Bohman (1996), as finalidades impessoais de um movimento social não podem ser pensadas de modo dissociado da vivência ordinária dos cidadãos e das conversações cotidianas entre eles. Associações estão, freqüentemente, embasadas em redes de conversações cotidianas, ao mesmo tempo em que as suscitam. Acreditamos que o potencial democrático de uma associação está diretamente ligado a essa questão. É o que discutiremos na próxima seção.

### **O associativismo e seus efeitos democráticos**

Os benefícios democráticos gerados pela existência de associações civis são alvo de extensa controvérsia na ciência política (Armony, 2004; Warren, 2001; Chambers e Kopstein, 2001; Gomes, 2006; Gutmann, 1998). É preciso ponderar, antes de qualquer coisa, que a sociedade civil é um complexo heterogêneo, o que inviabiliza generalizações excessivamente abrangentes (Hendriks, 2006). É importante que se delimite, de início, não apenas o que se entende por associativismo, mas também que tipos de associações podem fomentar a democracia e, mais do que isso, em que contextos podem fazê-lo.

Essa perspectiva cautelosa tem sido contraposta às análises puramente elogiosas do papel das associações civis. Alegando que a participação em associações nem sempre é benéfica à democracia, Chambers e Kopstein (2001, p. 838), afirmam que o equívoco de muitas teorias está em pressupor uma dicotomia entre *engajamento cívico* e *apatia* individual. Esses autores citam diversos casos do que denominam *bad civil society*, ilustrando o potencial devastador de algumas associações, cujos “valores, convicções, credo, agenda, ideologia ou plataforma declarados são claramente incompatíveis com a crença na igual consideração moral” (2001, p. 840). Para eles, profundas desigualdades econômicas podem tornar essas associações muito atraentes.

Na mesma direção, Gomes ressalta a existência de associações voluntárias assumidamente antidemocráticas e complexifica o argumento ao perceber que “as pessoas podem se associar não por causa do espírito público, mas porque organizados podem ter mais vantagens sobre os outros” (2006, p. 152). Ariel Armony (2004) também defende essa visão, afirmando, ainda, que mesmo associações “bem intencionadas” podem ter efeitos antidemocráticos em determinados contextos. Não se trata, portanto, de distinguir uma suposta “sociedade civil boa” de uma “sociedade civil ruim”, como se apenas grupos extremistas e totalitaristas oferecessem riscos à democracia. Ele aponta que associações podem acirrar clivagens sociais, como aconteceu na Alemanha no período da República de Weimar, nos EUA do pós-guerra ou na Argentina ditatorial. Nesses contextos, diversos espaços *geradores de capital social* foram fundamentais para minar o exercício igualitário de direitos e as instituições democráticas. Para Armony, é preciso verificar o contexto em que se inscrevem determinadas associações, para avaliar seus efeitos.

Considerando essas ressalvas, defendemos que o potencial democrático do associativismo não pode ser pensado independentemente de uma atenção ao tipo de associação em questão e ao contexto em que ela se inscreve. O associativismo por si só não é a solução para os problemas das democracias contemporâneas. Isso não invalida, contudo, a percepção de que

certas associações podem ter efeitos democráticos. Efeitos esses que Warren (2001, p. 61) categoriza em três eixos: 1) fomento às capacidades de cidadãos; 2) contribuição à formação da opinião pública; 3) garantia de condições institucionais que possibilitem transformar julgamentos autônomos em decisões políticas.

No que se refere ao *primeiro* eixo, Warren (2001) defende que algumas associações possibilitam aos indivíduos formar uma autoconfiança (sentimento de eficácia); informar-se sobre determinada questão; adquirir habilidades políticas (que vão do falar em público ao negociar com outros atores); cultivar virtudes cívicas (notadamente a reciprocidade); e desenvolver a capacidade crítica.

No tocante ao *segundo* eixo, observa-se que associações podem fomentar a vivacidade da esfera pública, na medida em que pluralizam o debate público ao possibilitar que atores, freqüentemente, silenciados publicizem seus pontos de vistas, seja porque permitem o refinamento dessas perspectivas em argumentos publicamente defensáveis (Dryzek, 2004; Cooke, 2000; Gutmann e Thompson, 1996; Ackerman e Fishkin, 2003; Bohman, 1996; Benhabib, 1996; Maia, 2004; Mendonça, 2006a), seja porque permitem a superação de desigualdades deliberativas (Bohman, 1996; Mendonça e Maia, 2006).

Por fim, o terceiro eixo diz respeito ao impacto que associações podem ter no funcionamento institucional da democracia. Nota-se que associações podem atuar como *representantes* de determinados sujeitos tanto em espaços de partilha de poder como no exercício da vigilância e na pressão sobre atores do sistema político (Gurza Lavallo et al, 2006; Young, 2006; Urbinati, 2006; Habermas, 1997; Hendriks, 2006; Keck, 2004). Além disso, podem atuar como subsidiárias do Estado na implementação de certas políticas e na realização de determinadas tarefas (Dagnino, 2002; Houtzager et al, 2004), coordenar a resolução de problemas complexos que têm implicações sobre vários subsistemas sociais (Bohman, 1996; Melucci, 1996) ou mesmo legitimar as instituições democráticas, na medida em que propiciam oportunidades para que os indivíduos atuem sobre elas.

Warren (2001) é bastante enfático ao defender que esses efeitos não são o resultado de qualquer associação em qualquer contexto. Ele também aponta que é pouco provável que uma mesma associação desempenhe todos esses efeitos. Na opinião do autor, a democracia requereria um ecossistema de associações, capaz de balancear esses efeitos, engendrando, simultaneamente, *autonomia individual, autonomia política e empoderamento institucional*.

Concordando com a postura cautelosa de Warren, defendemos que as associações mais propícias a gerar efeitos democráticos são aquelas que se inserem em *sistemas deliberativos*, possibilitando não apenas a elaboração de discursos públicos, mas, principalmente, a circulação de diversas formas discursivas em diferentes *âmbitos interacionais*. O potencial democrático de uma associação da sociedade civil reside em sua abertura a diferentes *esferas discursivas* — para usar os termos de Hendriks (2006) —, o que depende, também, de um contexto que permita e fomente essa circulação de vozes, valorizando o encontro com o outro.

É preciso perceber que uma associação é sempre uma totalidade complexa, multifacetada e heterogênea (Melucci, 1996), que se configura por meio de múltiplas e dispersas interações processadas em diversas instâncias (Mendonça, 2006a; 2006b). Se a ação de uma associação consiste, freqüentemente, em coletivizar determinadas interpretações de mundo, extraindo situações problemáticas da cotidianidade e apresentando-as publicamente, nota-se que o intercâmbio de argumentos em diferentes *esferas discursivas* é absolutamente fundamental. Nesse contexto, a relação com a mídia, em suas diversas modalidades, é de suma relevância para conferir ampla divulgação aos seus entendimentos e para comunicar-se com amplas audiências. Essas diversas interações ocorrem em contextos diferenciados, já que são desempenhadas por atores distintos, em temporalidades e espaços específicos, por meio de suportes diferentes e visando a fins variados. Trata-se, em suma, de diversas *situações* de produção de sentidos (Goffman, 1986; Schutz e Luckmann, 1973), sendo que *situações* diferentes são marcadas por *contratos comunicativos* distintos (Charaudeau, 1996): condições de enunciação, tipo de laço entre os atores, regras pragmáticas que governam a relação.

Importante perceber que os diferentes formatos interacionais que atravessam uma associação podem possibilitar a emersão de lances discursivos de um processo deliberativo mais amplo. Em conversações cotidianas, problemas são tematizados e quadros interpretativos são sugeridos. Em reuniões da associação, essas temáticas podem ser trabalhadas, refinadas e desenhadas estrategicamente por meio da troca de argumentos entre integrantes da associação. Em outras instâncias, a associação pode submeter suas perspectivas, reivindicações e visões de mundo a atores que lhe são externos (incluídos os potenciais adversários), testando a *validade intersubjetiva* de seus proferimentos (Habermas, 1983). Em um processo cíclico, tais discursos públicos podem retroagir sobre conversas cotidianas espalhadas pelo tecido social.

A idéia aqui defendida é a de que os diferentes *âmbitos interacionais* que atravessam uma associação podem ilustrar bem a articulação de arenas que constituem um *sistema deliberativo*.

Se Hendriks (2006, p. 499) está correta ao afirmar que um sistema deliberativo encampa uma série de arenas em que a exposição e a discussão de perspectivas tem lugar, percebemos que associações configuram-se não apenas como atores que compõem esse sistema, mas, elas mesmas, como um entrecruzamento de esferas discursivas. Por meio do intercâmbio de razões suscitado por uma associação, argumentos podem se complexificar (Gutmann e Thompson, 2004; Shapiro, 2003; Dryzek, 2004; Cooke, 2000) e, pouco a pouco, descolar-se de sujeitos particulares para se constituir como uma comunicação anônima e passível de defesa pública (Habermas, 1997, Dryzek, 2000; Bohman, 1996, Benhabib, 1996, Chambers, 1996). Entre as conversações cotidianas de sujeitos que partilham certas experiências e a discussão política processada nos *media* ou em instâncias decisórias formais, há um longo caminho marcado por articulações, adaptações e lacunas entre esferas discursivas que ora se sobrepõem, ora entram em conflito.

Para ilustrar esse processo, gostaríamos de citar o caso de um movimento social específico: o Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase). Trata-se de uma associação de caráter nacional, que luta pela erradicação da hanseníase e pela inserção sócio-política e econômica dos sujeitos afetados pela referida enfermidade, cujo estigma tem bases milenares. Observa-se que o movimento é permanentemente atravessado por tensões e contradições nas diversas *esferas discursivas* que o compõem: a associação deveria aproximar-se do Estado ou fazer uma oposição mais contundente?; o governo deveria priorizar a erradicação da enfermidade ou a reintegração dos doentes?; reintegrar significa extinguir os hospitais-colônia ou investir neles?; as pessoas atingidas pela hanseníase devem focar as conquistas simbólicas (como a desestigmatização da doença) ou os ressarcimentos econômicos (como indenizações)?; mereceriam elas tais ressarcimentos?

Essas perguntas não podem ser respondidas satisfatoriamente sem que os diversos afetados por elas participem do processo. O modo como esse processo se concretiza evidencia a existência de um *sistema deliberativo*, composto por múltiplos e intersectantes *âmbitos interacionais*. O Morhan procura valorizar a edificação de espaços de conversação entre os moradores de hospitais-colônia, o que fica claro na realização de vários eventos como assembléias locais, encontros regionais e nacionais para discutir projetos de leis e uma pauta de proposições para orientar as políticas públicas. O movimento promove, assim, espaços de debate efetivo entre os integrantes de seus quadros. Merece destaque, nesse sentido, a produção de um jornal próprio (o *Jornal do Morhan*), que busca dar visibilidade a certas posturas da própria coordenação nacional da associação, publicizar críticas e processar novas questões. A associação

também procura discutir propostas com atores do sistema político por meio de reuniões e do desenho conjunto de políticas específicas. Busca, ainda, associar-se a outras lutas sociais (como a pelo controle da talidomida e aquelas contra a tuberculose, a AIDS, a pobreza e o desrespeito aos direitos humanos) no intuito de construir reivindicações mais abrangentes, junto ao conjunto de cidadãos.

O que desejamos é frisar que a existência desses múltiplos espaços deliberativos *favorece* a obtenção de *efeitos democráticos*, por garantir o permanente choque entre sujeitos e discursos. Acreditamos que as trocas de razões cotidianamente realizadas entre pessoas com hanseníase (que participam ou não do Morhan) são elementos fundamentais das reivindicações publicizadas pela associação, ao passo que tais demandas influenciam o teor dessas conversações e de muitas outras envolvendo pessoas não afetadas pela doença. Nosso argumento é o de que o *sistema deliberativo* deve ser pensado em sua globalidade, evitando-se a circunscrição da deliberação a trocas de razões específicas.

Nesse processo, as associações mais propícias a desempenhar *efeitos democráticos* como os sugeridos por Warren (2001) são aquelas mais abertas à deliberação em diversas instâncias, fomentando as trocas de razões marcadas pela *reciprocidade* e pela *revisibilidade* (Gutmann e Thompson, 1996; Bohman, 1996). Referimo-nos a associações que valorizem as discussões processadas em vários âmbitos: captando os matizes políticos das conversações cotidianas; promovendo um atrito interno de perspectivas; publicizando quadros interpretativos; ouvindo e encampando contra-argumentos de atores externos; e buscando interagir com atores do sistema político formal. Defendemos, em síntese, que as associações que procuram transformar as interações mais corriqueiras da vida cotidiana em um poder comunicativo capaz de alterar padrões interpretativos socialmente vigentes e influenciar (ou participar de) esferas com poder decisório formal são fortes candidatas a gerar efeitos democráticos nos diferentes âmbitos da sociedade civil e nas instâncias centrais do sistema político.

### Considerações finais

O presente artigo buscou explorar as dinâmicas comunicativas que se dão nos *espaços periféricos do sistema deliberativo*, explorando a idéia de que suas contribuições democráticas devem-se às articulações entre uma série de *esferas discursivas*. Argumentamos que os processos de discussão pública não podem ser pensados como restritos a arenas específicas. Ao invés disso, eles tomam forma nesse jogo mais amplo em que discursos proferidos em alguns contextos se

encontram com discursos oriundos de outros contextos. “Somente através do sistema como um todo, pode-se esperar que a deliberação opere como um mecanismo de limpeza que filtra os elementos ‘enlameados’ de um processo de legitimação discursivamente estruturado” (Habermas, 2006, p. 416).

Nessa perspectiva, as conversações cotidianas são parte essencial dos processos deliberativos, alicerçando não apenas as discussões que ocorrem em uma série de instâncias, como sendo remodeladas por elas. Arenas formais como parlamentos e reuniões ministeriais caracterizam-se não apenas como espaço de tomada de decisão, mas como instância discursiva que pode ser (em maior ou menor escala) influenciada pela *opinião pública* e retroagindo sobre ela. Esferas mistas, como fóruns de partilha de poder (conselhos, orçamento participativo), propiciam encontros diretos entre cidadãos comuns, com diferentes perspectivas, e membros do governo (Hendriks, 2006). A mídia também pode ter papel vital ao possibilitar o cruzamento de atores provenientes de diferentes esferas sociais e fomentar a circulação de discursos publicamente acessíveis. A comunicação midiada, como bem sabemos, opera através da seleção de atores e discursos, da organização e do enquadramento de tópicos das conversações políticas e civis. Sustenta ou mesmo dá origem a diversos debates públicos, como prática rotineira.

O ponto relevante a ser destacado é que cada *esfera discursiva* possui processos argumentativos internos, mas também outros que ultrapassam esse escopo, cruzando transversalmente discursos proferidos em outras esferas. Nesse jogo entre vetores horizontais e transversais, constitui-se um processo deliberativo de caráter sistêmico. Seria equivocado pressupor uma linearidade transparente entre as esferas, como se todo discurso transcendesse seu próprio contexto local de proferimento, tornando-se disponível a todos os participantes do processo deliberativo. Há enormes lacunas e opacidades entre as esferas, mas não se pode negligenciar, também, a existência de conexões e articulações temporalmente dispersas, que são fundamentais para a constituição de processos deliberativos a longo prazo.

No presente artigo, procuramos esboçar essa perspectiva, valorizando o papel das conversações cotidianas e assinalando a atuação de associações da sociedade civil como possibilidades de articulação de diversos âmbitos. Nosso intuito foi evidenciar que tais conversações e associações são benéficas se elas se inscrevem no *sistema deliberativo*. Buscamos demonstrar tal argumento por meio dos exemplos de conversações entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família e da constatação de várias esferas discursivas que atravessam o Morhan. Defendemos, portanto, que é preciso olhar para a deliberação tendo sempre

em vista essas possibilidades de articulação. Se, em cada esfera, edificam-se *lances discursivos* aparentemente isolados, esses lances só fazem sentido dentro da totalidade do “jogo” em que foram produzidos. Faz-se necessário, assim, que, em cada instância, se conceba o sistema deliberativo como um todo.

### **Referências**

- ACKERMAN, Bruce; FISHKIN, James. Deliberation day. In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.) *Debating deliberative democracy*. Malden: Blackwell, 2003.
- ARMONY, Ariel. *The dubious link – Civic engagement and democratization*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- BENHABIB, Seyla (ed.). *Democracy and Difference - contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- BENNETT, Stephen; FLICKINGER, Richard; RHINE, Staci. "Political Talk Over Here, Over There, Over Time". *British Journal of Political Science*, 2000, v.30, pp.99-119.
- BOHMAN, James. *Public Deliberation: pluralism, complexity, and democracy*. Massachusetts: Mit Press, 1996.
- BURKHALTER, Stephanie; GASTIL, John; KELSHAW, Todd. "A conceptual definition and theoretical model of public deliberation in small face-to-face groups". *Communication Theory*, v.12, n.4, November 2002, pp.398-422.
- CHAMBERS, Simone. *Jürgen Habermas and the politics of discourse*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1996.
- CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Bad civil society. *Political Theory*, v. 29, n. 6, p. 837-865, dez. 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. pp. 05-43.
- CONOVER, Pamela; SEARING, Donald; CREWE, Ivor. "The Deliberative Potential of Political Discussion". *British Journal of Political Science*, 2002, v.32, pp.21-62.
- COOKE, Maeve. "Five arguments for Deliberative Democracy". *Political Studies*, v.48, 2000, pp.947-969.
- DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 279-302.
- DAHLGREN, Peter. “Reconfigurer la culture civique dans un milieu médiatique en évolution”. *Questions de Communication*, v.3, 2003, pp.151-168.

DRYZEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera S. P.; NOBRE, Marcos. *Participação e deliberação — teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. pp. 41-62

DRYZEK, John. *Deliberative Democracy and Beyond – Liberals, Critics, Contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DUCHESNE, Sophie; HAEGEL. “La polititisation des discussions, au croisement des logiques de specialisation et de conflictualisation”. *Revue française de science politique*, v.54, n.6, décembre 2004, pp. 877-909.

FEARON, James D. "Deliberation as Discussion". In: ELSTER, Jon (ed.). *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 44-68.

GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. York: The Mapple Press, 1986

GOMES, Wilson. Tocqueville não via TV: capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. Trabalho apresentado na *III Jornada de Comunicação e Democracia*, 2006, Salvador, Bahia. p. 140-173.

GURZA LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter P; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade *RBCS*, v. 21, n. 60, p. 43-66, fevereiro de 2006.

GUTMANN, Amy & THOMPSON, Dennis. "Democratic Disagreement". In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp.243-279.

GUTMANN, Amy (ed). *Freedom of Association*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Democracy and Disagreement*. Cambridge/London. The belknap press of Harvard University Press, 1996.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Why deliberative democracy?* Princeton: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia. Vol II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. Political Communication in Media Society – does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v.16, pp. 411-426, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action*. Volume 1: Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1983.

HENDRIKS, Carolyn M. Integrated Deliberation: Reconciling Civil Society’s Dual Role in Deliberative Democracy. *Political Studies*, v. 54, p. 486–508, 2006.

HONNETH, A. 2003a. [1992]. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.

- HONNETH, A. 2003b. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, N; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition: A political-Philosophical exchange*. Londres/Nova York: Verso.
- HOUTZAGER, Peter P; GURZA LAVALLE, Adrián; ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas. In: AVRITZER, L. (ogr). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004. pp. 257-322.
- KECK, Margaret. Governance regimes and the politics of discursive representation. In: UHLIN, Anders; PIPER, Nicola (eds.). *Transnational Activism in Asia: Problems of power and democracy*. London: Routledge, 2004. p. 43-60.
- KIM, Joohan ; WYATT, Robert e KATZ, Elihu. "News, Talk, Opinion, Participation: the part played by conversation in deliberative democracy". *Political Communication*, v.16, 1999, pp.361-385.
- KINGFISHER, Catherine P. "Women on welfare: conversational sites of acquiescence and dissent". *Discourse & Society*, v.7, n.4,1996, pp. 531-557.
- MAIA, Rousiley C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 09-38.
- MANSBRIDGE, Jane. "Everyday Talk in Deliberative System". In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp.211-239.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro e ROCHA, Simone Maria. "As falas cotidianas sobre a política: a produção discursiva sobre o bolsa-família em grupos de discussão". Texto apresentado no I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, dezembro de 2006 (Disponível em [www.poscom.ufba.br/congresso](http://www.poscom.ufba.br/congresso)).
- MARQUES, Ângela. "Dimensões da Autonomia: o programa bolsa-família no discurso midiático e na fala das beneficiárias". *Contracampo*, Niterói, v.14, 1º semestre de 2006, pp.126-162, ISBN: 1414-7483.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MENDONÇA, Ricardo F. Movimentos sociais e interação comunicativa: A formação da comunicação sem sujeito. *Contemporânea*, Salvador, V.4, n. 1, p.73-98, junho 2006a.
- MENDONÇA, Ricardo F; MAIA, Rousiley C. M. Exclusão e deliberação: buscando ultrapassar as assimetrias do intercâmbio público de razões. *Contracampo*, Rio de Janeiro: n. 15, p. 201-218, 2º sem 2006.
- MOY, Patricia and GASTIL, John. "Discussion Networks, media use and deliberative conversation". *Political Communication*, v.23, n.4, 2006.
- MUTZ, Diana & MARTIN, Paul. "Facilitating Communication across lines of Political Difference: the role of mass media". *American Political Science Review*, v.95, n.1, march 2001, pp.97-114.
- MUTZ, Diana e MONDAK, Jeffery. "The Workplace as a context for crosscutting political discourse". *Journal of Politics*, v.68, 2006, pp.140-155.

NORRIS, Pippa. *A virtuous circle - political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PAGE, Benjamin. *Who deliberates? Mass Media in modern democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

PORTO, Mauro. *Media Framing and Citizen Competence: television and audiences interpretations of politics in Brazil*. Tese de Doutorado, University of California, San Diego, 2001.

SANDERS, Lynn. "Against Deliberation". *Political Theory*, v.25, 1997, pp.347-76.

SCHEUFELE, Dietram. "Talk or Conversation? Dimensions of Interpersonal discussion and their implications for participatory democracy". *Journalism and Mass Communication Quarterly*, v.77, 2000.

SCHUDSON, Michael. "Why conversation is not the soul of democracy". *Critical Studies in Mass Communication*, v.14, 1997, pp. 297-309.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *The structures of the life-world*. Evanston: Northwestern University Press, 1973.

SEARING, Donald; CONOVER, Pamela; CREWE, Ivor; SOLT, Fred. "Studying Everyday Talk in the Deliberative System: does democratic discussion make better citizens?". Paper presented at the *Conference on "Empirical Approaches to Deliberative Politics"*, European University Institute/Swiss Chair, Firenze, 21-22, May 2004.

SHAPIRO, Ian. Optimal deliberation? In: FISHKIN, James; LASLETT, Peter. *Debating deliberative democracy*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 121-137.

STREICH, Gregory W. "Constructing Multiracial Democracy: to deliberate or not to deliberate?", *Constellations*, v.9, n.1, 2002, pp.127-153.

URBINATI, Nadia. *Representative Democracy: Principles and genealogy*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2006

WARREN, Mark. *Democracy and association*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

WYATT, Robert; KATZ, Elihu; KIM, Joochan. "Bridging the Spheres: political and personal conversation in public and private spaces". *Journal of Communication*, v.50, Winter 2000, pp.71-92.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*. São Paulo, Cedec, n. 67, p. 139-190, 2006.